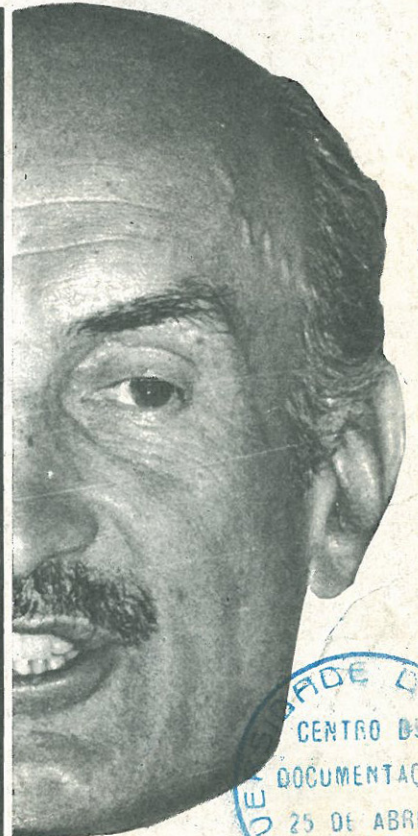


## A SEGREGAÇÃO DOS VELHOS



## O "NEGÓCIO" DA SIDERURGIA



CONTINENTE E ILHAS: 10\$00 | FRANÇA 4 fr. | CANADÁ 85 cts.  
AVIÃO: ANGOLA 17\$50 — MOÇAMBIQUE 20\$00

PP.VM



## ENQUANTO SE AGUARDA O PLANO SIDERÚRGICO NACIONAL...

Foi há tempos nomeada uma comissão, cujos trabalhos estão a decorrer, para apresentar um Plano Siderúrgico Nacional. É boa altura, pois, para adiantar alguns elementos essenciais de informação relativamente a este sector, a fim de que o público possa dispor de um mínimo de referências úteis para apreciação do resultado das congeminações da dita comissão.

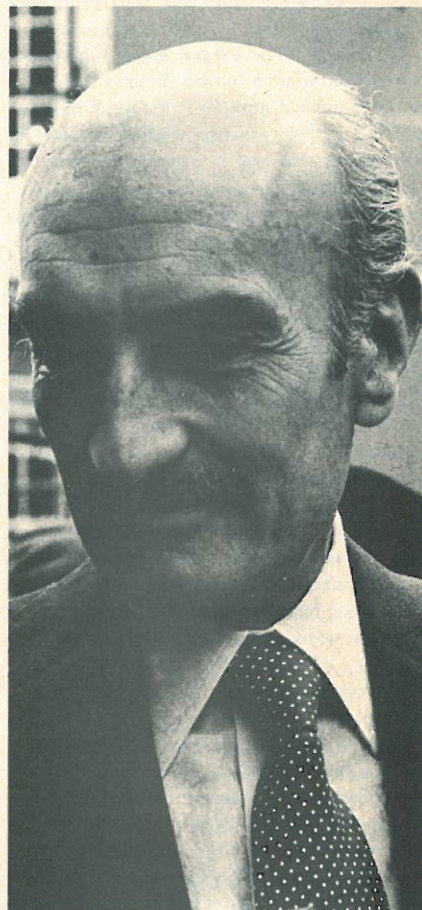
Pode dizer-se que, de entre os "atributos de soberania" que, à falta de melhor, constituíam uma espécie de ponto de honra para numerosos países ex-colonizados (ou melhor, para as respectivas burguesias nacionais) aquando da sua emancipação política após a segunda guerra mundial, um dos mais importantes era, quase sempre, a criação de uma indústria siderúrgica. Isto derivado, entre outras razões, do facto de que o único modelo então disponível de desenvolvimento acelerado era o da União Soviética, que o baseara no acento dado à indústria pesada, e havia portanto a convicção de que a existência de um Plano e de uma Siderurgia eram simultaneamente condição fundamental de "arranque" de uma economia subdesenvolvida e afirmação de "independência" em relação ao modelo e aos quadros de domínio capitalista. Acresce ainda que muitos desses países, bem como outros já há muito politicamente independentes mas que só então ganhavam consciência do seu efectivo estado de colonização (como os latino-americanos), dispunham de enormes reservas de minério de ferro de alta qualidade (Índia, Brasil, Venezuela, etc.).

Em Portugal, país capitalista em que a ideologia oficial se dizia "anticapitalista" (!), país "subdesenvolvido" que se recusava a assumir-se como tal, "potência colonial" ainda que cada vez (se possível) mais colonizada, e em que atributos de soberania era coisa que não faltava, estas decisões sempre seguiram vias mais tortuosas. E, no entanto, quando demos por ela, estávamos ... com um Plano e com uma Siderurgia! Decididamente o capitalismo tem razões que a razão desconhece (ou melhor, há que penetrá-las) ...

### UM POUCO DE HISTÓRIA

Pois o certo é que, em 1955, o então ministro da Economia, Ulisses Cortês, concede, pelo alvará número 13, o exclusivo por dez anos à Siderurgia Nacional para exploração da indústria siderúrgica em Portugal. Este alvará, e disposições subsequentes de 1957 e 1961, asseguraram à indústria excepcionais condições de protecção: isenção de direitos de importação de equipamento, isenção total de impostos, protecção pautal que equivalia a um aumento da ordem dos 50 por cento no preço dos produtos anteriormente importados, sistema de licenças de importação, traduzindo-se na prática pela proibição de importações de produtos que pudessem ser fabricados pela S.N., etc. Com efeito, a capacidade autorizada era muito baixa em relação aos padrões internacionais (entre 1/4 e 1/6 da dimensão considerada na altura como mínima), sendo de esperar, portanto, a impossibilidade de poderem os produtos nacionais concorrer em preço com os importados. É saliente-se ainda que os preços fixados em 1961, já por Ferreira Dias, eram mais baixos que os pretendidos pela empresa, que se julgava no direito de viver folgadoamente desde os primeiros vagidos... Para completar o quadro, só resta acrescentar que o próprio risco financeiro, relativamente a credores externos, se encontrava coberto por um aval do Estado. O accionista maioritário da S.N. era a Empresa de Cimentos de Leiria, o mesmo é dizer que o empreendimento era (e continua a ser) efectivamente comandado pelo sr. António Champalimaud.

A unidade arraiçou, em 1961, com um investimento inicial de 2,6 milhões de contos, tendo os accionistas apenas entrado com 750 mil (elevados em 63 a 847 mil contos): um dos segredos da prosperidade ulterior da S.N. (ou melhor, da acumulação de que se apropriaram os seus accionistas) advém de ela ter vivido de capitais alheios, públicos em boa parte, em condições altamente favoráveis. A partir de 61 foi então a empresa, já em exploração,



**ANTÓNIO CHAMPALIMAUD — O AUMENTO ACELERADO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DO AÇO EXPLICA QUE PUGNE PELA "INTEGRAÇÃO EUROPEIA", COISA QUE HÁ BEM POUCOS ANOS O PORIA APOPLÉTICO...**

pacientemente fazendo o seu caminho. Ora a "persistência" era, naqueles bons velhos tempos, sempre recompensada: cumprida a tarefa de Ulisses Cortês, e passadas as escaramuças com Ferreira Dias, tocou a vez a Teixeira Pinto de dar em 1965 um novo e valente empurrão aos preços (para os que não se recordem, trata-se do mesmo Teixeira

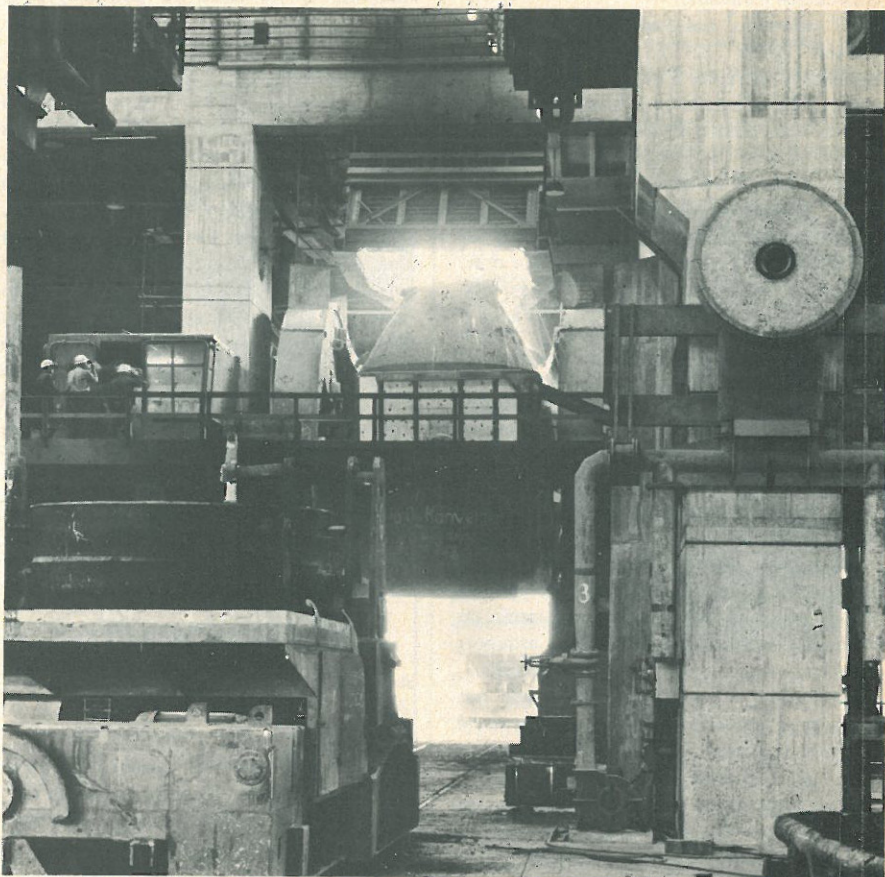


Pinto que foi depois administrador de empresas do Grupo Champalimaud). Os resultados não se fizeram esperar: em 1966, numa altura em que precisamente os preços internacionais do aço se encontravam ao seu mais baixo nível, a minúscula e coxíssima S.N. ousava, enfim, apresentar o seu primeiro lucro líquido, uns tímidos 36 mil contos. Mas já então as amortizações excediam o milhão de contos... A S.N. entrou então em marcha de cruzeiro e não mais deixou de atingir lucros curiosamente regulares entre os 100 e os 120 mil contos (apenas mais baixos em 70 e espectacularmente mais altos em 73). E passou, como qualquer empresa "normal", a distribuir dividendos, a construir reservas, a "acumular" amortizações, etc.

Só está por calcular o certamente fabuloso montante que representaria, traduzido em escudos, o conjunto das isenções e benefícios concedidos à S.N. ao longo de todos estes anos, directamente pelo Estado e indirectamente pelos seus consumidores — ou seja, pelos trabalhadores portugueses que são, obviamente, em última análise, quem tudo acaba por pagar. Um cálculo grosseiro leva-nos contudo a admitir que, só por efeitos da protecção pautal, os consumidores financiaram a Siderurgia em bastante mais de 3 milhões de contos. Por outro lado, sabido que o "valor capitalista" de uma empresa se baseia na sua capacidade de "geração de fundos", o que, traduzido por miúdos, significa acumulação anual de "lucros reservas amortizações" (o chamado "cash-flow"), pode estimar-se que a S.N. deve "valer" hoje algo da ordem dos 5 milhões de contos, património de que são proprietários os senhores que nela investiram 847 mil contos! A taxa de lucro destes 847 mil contos terá sido superior a 15 por cento, isto durante um período em que, a nível internacional, as empresas siderúrgicas foram das que obtiveram mais baixas taxas de lucro. Em termos marxistas, tudo se resume a dizer que o papel do Estado foi o de criar os mecanismos para que a Siderurgia Nacional tenha podido reter uma mais-valia que, em condições normais de concorrência capitalista, lhe teria totalmente escapado. Por tudo isto, não deixa de ter um sabor especial o desejo expresso pelo sr. António Champalimaud de que o Estado o "não chateie"!

## A S.N. E O FUTURO

Mas retomemos a história. Em 67 obtemos a S.N. do Estado o prolongamento do seu exclusivo por mais de 15 anos (vigência de



**SIDERURGIA NACIONAL — ARRANQUE EM 1961, COM UM INVESTIMENTO INICIAL DE 2,6 MILHÕES DE CONTOS (OS ACCIONISTAS ENTRARAM APENAS COM 750 MIL)**

Correia de Oliveira com Ulisses Cortês, agora nas Finanças), com as regalias integralmente mantidas. Inicia, então, com todo o à-vontade, uma fase de expansão de que, até agora, apenas se viram investimentos que, embora volumosos, em muito pouco aumentaram a sua capacidade de produção de aço bruto: só no próximo ano deverá arrancar a mini-aciaria do Porto. Desde 1967 a S.N. não aumentou sequer a cobertura do consumo nacional de aço bruto, que se tem situado desde então à volta dos 48 por cento.

A S.N. tinha, porém, um grandioso plano de expansão que, por divergências com a Secretaria de Estado da Indústria, já na era marcelista, nunca chegou a andar para a frente, só em fins de 1973, tendo, finalmente, sido autorizado: um novo alto-forno de 1,5 milhões de toneladas, a respectiva aciaria e uma nova laminagem que abasteceria a actual unidade de laminagem a frio e teria de exportar cerca de 1 milhão de

toneladas de semiprodutos. Investimento total: algo que hoje se deve situar para cima dos 20 milhões de contos! As discussões havidas em 70-72, por interposta pessoa (aliás agora "big boss" da TAP), parece terem azedado, sempre desenroladas à mistura com o eterno "problema" dos preços e tendo por pano de fundo a quebra, jamais perdoada, do cartel cimenteiro. Não é ousado pensar que foi desde aí que o sr. Champalimaud se "liberalizou" e não quis mais ouvir falar do Estado.

E nisto estamos. Mas há alguns aspectos que, com o rodar dos tempos, evoluíram sensivelmente. Por um lado, eles dão bem a medida da dependência portuguesa no quadro do capitalismo mundial. Por outro, ajudam a compreender muita coisa e a pensar o futuro. Assim, vejamos:

O aumento acelerado dos preços de coque, desde 1970 (o que anunciava uma excelente perspectiva à coqueria da S.N., que previa exportar largamente), mas uma



cada vez maior escassez de carvão coqueificável (o que hoje lhe prenuncia dias negros: é, aliás, baixa a utilização da capacidade instalada).

O aumento acelerado dos preços de sucata, desde 72-73, acompanhado de escassez e restrições à exportação em vários países. Entre nós o problema não se tem posto, mas, com o arranque da unidade do Porto, ocorre perguntar onde irá a S.N. buscar a sucata, e a que preço

O aumento acelerado dos preços internacionais do aço (que não se prevê ser temporário), o que explica que hoje o sr. Champalimaud pugne pela "integração europeia", coisa que há bem poucos anos o poria apoplético

O aparecimento de novas tecnologias e de novos "conceitos" de unidades siderúrgicas, as mini-siderurgias, que exigem muito menores investimentos (sobretudo por dispensarem altos-fornos), quer por "unidade de produção", quer por tonelada de produto.

É a partir destes novos elementos que, naturalmente, tem de ser analisada, e não só de um ponto de vista técnico, a questão do Plano Siderúrgico Nacional. Sem esquecer que nos encontramos num País capitalista, julga-se que a intervenção do Estado nas indústrias básicas deveria precisamente permitir introduzir critérios de investimento não escravizados à óptica do lucro, contrariamente à orientação em que se fundamentou essa intervenção no caso da S.N., ou seja, a de que o Estado era o garante de uma alta rentabilidade para os seus accionistas maioritários.

Se se admitir que são critérios prioritários a criação de empregos e o aproveitamento máximo de recursos nacionais, crê-se ser difícil justificar o investimento de mais de 20 milhões de contos (ainda que fosse possível obtê-los à custa de endividamento externo) num empreendimento que criará apenas uns 4 milhares de postos de trabalho, exportando (para onde?) grande parte da produção e do emprego induzido, tendo de importar enormes quantidades de matérias-primas. E sê-lo-á sobretudo se tivermos em conta que, a reconhecer-se o real interesse de aumentar a capacidade siderúrgica nacional — ponto que não é pacífico —, um nível equivalente de cobertura das necessidades de aço poderá, muito provavelmente, ser obtido com uma unidade representando um investimento entre 1/3 e 1/4 do anterior, aproveitando ao máximo as reservas de ferro nacionais (combinação: pirites-adubos-poletização-pré-redução-mini-siderurgia), e fabricando produtos planos impulsadores de indústrias fortemente criadoras de empregos, como são as metalomecânicas e a

construção naval. Mas é claro que um plano assente nesta alternativa, que implica uma articulação de vários sectores básicos, incluindo a refinação de petróleo, seria impensável deixando cada um deles entregue à sua lógica de desenvolvimento capitalista. Só o domínio pelo Estado da capacidade de planeamento integrado desses sectores poderá permitir a melhor orientação dos respectivos investimentos. Por isso mesmo nos parece ter, desde logo, pouco sentido falar de "Plano Siderúrgico" isoladamente.

Traria todo este esforço de imaginação uma substancial alteração, ou constituiria um ataque decisivo ao poder capitalista em Portugal? Certamente que não; já se sabem quais são os limites que tem toda a acção deste tipo. Mas se a intervenção do Estado não servir para mudar radicalmente os critérios de investimento, subtraindo este, em sectores vitais, às motivações dos grandes grupos monopolistas e enquadrando-o em claros objectivos políticos, então para que servirá? Dir-se-á que reservar para si o Estado os investimentos menos rendíveis ou,

pelo menos, não se preocupar prioritariamente com esse critério é de facto contribuir para melhorar a rentabilidade dos investimentos privados. É, sem dúvida, um efeito inevitável, enquanto o quadro geral for capitalista, mas essencialmente no que se refere aos investimentos públicos de infra-estrutura (portos, estradas, energia, urbanização, etc.). Não o é necessariamente no caso de investimentos produtivos.

Onde acabámos por chegar, no fim de tudo isto? A uma noção que vai muito para além de qualquer plano siderúrgico: a de que aos trabalhadores, fonte de toda a acumulação, não pode ser indiferente a forma como são utilizados os resultados dessa acumulação. Ou, dito de outro modo, que não se pode aceitar que um Governo que se declara programaticamente pelos trabalhadores, apesar de tudo, adopte ou deixe adoptar os mesmos critérios de investimento que fizeram deste País o que ele é hoje.

JOÃO MARTINS PEREIRA

## ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE SINES

Trata-se de questões que gostaríamos de ter visto postas ao dr. Vítor Constâncio quando da sua recente passagem pela T.V. Vamos a elas:

● Dado o estado de avanço das obras de Sines, crê-se tratar-se de um projecto "irreversível". Mas não é, apesar disso, inútil pôr-se a questão: considera-se hoje ter sido uma decisão de planeamento correcta, ou não; e porquê?

● O inquérito que foi determinado ao gabinete da Área de Sines diz respeito apenas à sua forma de actuação, por exemplo no caso das expropriações, ou incide também sobre a responsabilidade dos seus principais dirigentes na fundamentação técnica da decisão, bem como na escandalosa subestimativa dos investimentos (recursos públicos, não esquecer)? Quais os resultados de tal inquérito? Como nota à margem, pensa-se que os inquiridos terão sido totalmente ilibados, já que, posteriormente, alguns se viram atribuir pelo Estado funções de alta responsabilidade. Mas interessaria saber.

● Em que medida um empreendimento centrado sobre o "petróleo" (terminal petrolífero, refinaria, petroquímica e, mais tarde, fábrica de automóveis) não será seriamente afectado pela tão falada "crise do petróleo", com todas as suas consequências?

● A preferência pela localização em Sines, apoiada em boa parte na ideia de volumosas exportações de pirite, conservará este "suporte" justificativo (aliás já muito duvidoso em 1971)?

● Qual a medida exacta em que os investimentos em curso estão a exceder os programados? Conserva o projecto, por isso e pelo já visto, alguma viabilidade "social"? Em suma, não se tratará de um enorme desperdício de recursos (ainda que não haja outra solução senão a "fuga para a frente", tentando minimizar os prejuízos)?

● Não será demasiado cómodo dizer que foi o "fascismo" o responsável de tudo isto? Era o "fascismo" que planeava e decidia em abstracto, ou eram pessoas ao seu serviço? Não teremos nós todos (e não só os gabinetes ministeriais) direito a saber tudo isto?

J. M. P.